

EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.660 - DF (2018/0254699-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
EMBARGANTE : JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES DO CANTO
ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES DO CANTO (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS006650
EMBARGADO : UNIÃO
PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU - AL000000U

DECISÃO

Relatório.

Cuida-se dos embargos de declaração às fls. 144 a 174, opostos por **José Antônio Rodrigues do Canto**. Alega que *"a decisão proferida no Agravo Interno, por essa Egrégia Turma, inobstante o conhecimento jurídico que ostenta, precisa ser completada, corrigida e inclusive modificada, por manifesto equívoco e lacuna no julgado"* (fl. 145), isto porque *"a decisão proferida não atendeu ao direito invocado no mandamus, pois se subsumiu ao exame da gratuidade processual, não tendo ocorrido exame e apreciação das questões que deram azo ao mandado de Segurança"* (sic, fl. 147).

Requer, por fim *"que sejam explicitados os pontos antes referidos, dando efeito infringente, de sorte a evitar qualquer dúvida, deficiência e omissão a propósito"* (fl. 148). No mais, junta cópias de atestados médicos e comprovantes de aquisição de medicamentos, sem declinar a razão pela qual apresenta esses documentos.

A União, em petição genérica (fl. 181 a 183) requer a rejeição dos embargos.

Decisão.

Não há como conhecer do presente recurso integrativo.

Se a decisão embargada é aquela às fls. 42 a 44, proferida em 15 de outubro de 2018, os embargos são manifestamente intempestivos. E não só: contra o aludido julgado foi interposto agravo interno (fls. 50 a 141), ainda **não apreciado** pelo órgão colegiado. Logo, ainda não existe acórdão a ser embargado.

Dessarte, quer por intempestivo, quer por descabido, **não conheço** dos presentes embargos, o que faço com fundamento no art. 34, XVIII, "a" do RISTJ.

Publicada a presente decisão, voltem conclusos os autos para prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA

Relator

